

## TENDÊNCIAS DA FORMAÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NO BRASIL

### TENDENCIES IN THE EDUCATION OF OCCUPATIONAL THERAPIST IN BRAZIL\*

Adriana de França Drummond<sup>1</sup>  
Lívia de Castro Magalhães<sup>2</sup>

---

DRUMMOND, A.F.; MAGALHÃES, L.C. Tendências da formação do terapeuta ocupacional no Brasil. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.12, n.1/3, p.34-9, jan./dez., 2001.

**RESUMO:** Este artigo analisa as tendências da formação do terapeuta ocupacional no Brasil tendo como referência os currículos mínimos de Terapia Ocupacional vigentes no país, as Diretrizes Curriculares do Curso de Terapia Ocupacional, as orientações curriculares da Federação Mundial de Terapia Ocupacional (WFOT) e os currículos de quatorze instituições de ensino superior que oferecem o curso no país. Como, no momento atual, devido à implantação das diretrizes curriculares, muitos cursos estão passando por reformas curriculares, acreditamos que este trabalho poderá contribuir para o avanço das reflexões sobre a singularidade da formação do terapeuta ocupacional.

**DESCRITORES:** Terapia Ocupacional/educação. Terapia ocupacional/recursos humanos. Terapia ocupacional/tendências. Educação profissionalizante/classificação. Currículo.

---

**A** pesar de sabermos que a compreensão do processo de formação profissional não se resume à análise da organização de currículos, o estudo dos currículos revela concepções políticas, sociais e culturais adotadas pelos agentes ou grupos envolvidos na definição de um perfil profissional. Como proposto por Moreira e Silva (1995, p.7) em sua perspectiva sociocultural de análise de currículo:

*Isso significa que ele [o currículo] é colocado*

*na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro na transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder (...). O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.*

---

\* Parte deste trabalho foi apresentada como tema livre no VII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional (Porto Alegre, 2 a 5 de outubro de 2001).

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; docente do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Illinois, EUA; docente do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Endereço para correspondência:** Departamento de Terapia Ocupacional / Avenida Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II. 3º andar – Campus Pampulha CEP: 31270-901. e-mail: dto@ eef.ufmg.br

Superando-se, portanto, a visão do currículo como um elemento neutro na transmissão do conhecimento, entende-se que sua análise permite compreender as forças que atuam na produção, seleção e organização de seus conteúdos num determinado momento histórico. A análise da história dos currículos que norteiam a formação profissional é importante, pois, como discutido por Yerxa (1998), terapeuta ocupacional norte-americana, os currículos contribuem para criar o futuro da profissão, uma vez que vão influenciar a forma como os estudantes percebem a profissão, a si mesmos e aos pacientes. Além disso, por seu intermédio, os docentes orientam as práticas futuras dos alunos e direcionam, de certa forma, a produção de conhecimento na área.

Considerando a importância dos currículos para a estruturação da formação profissional, objetivamos neste trabalho analisar as tendências da formação do terapeuta ocupacional no Brasil. Nossa discussão será baseada na análise do percurso dos currículos mínimos dos Cursos de Terapia Ocupacional, das Diretrizes Curriculares do Curso de Terapia Ocupacional do Brasil, das tendências observadas na formação do terapeuta ocupacional nos Estados Unidos e Canadá e dos currículos de quatorze cursos de Terapia Ocupacional do país (BRASIL, 1964; CONSELHO..., 2001).

Partindo do princípio de que os currículos são influenciados pela inter-relação de questões específicas da profissão com tendências político-sociais, devemos nos perguntar: por que, num determinado momento histórico, incluem-se e excluem-se diferentes conhecimentos, conferindo ao currículo uma certa configuração e traçando um determinado perfil profissional? Iniciaremos com uma breve discussão sobre alguns fatores que vêm influenciando a construção dos currículos de Terapia Ocupacional em outros países, e passaremos, mais adiante, à análise dos fatores relacionados à formação do terapeuta ocupacional no Brasil.

Nos Estados Unidos e no Canadá, observa-se grande influência dos movimentos de vida independente e de leis de proteção ao deficiente na formação do terapeuta ocupacional. Nos EUA, por exemplo, na área da infância a EHA (UNITED STATES, 1975) e, mais recentemente, a IDEA (UNITED STATES, 1997) resultaram em um aumento considerável da oferta de emprego para terapeutas ocupacionais no sistema escolar, uma vez que, de acordo com a lei, a criança deficiente tem o direito de receber todo tipo de assistência necessária para que se beneficie da educação especial, o que inclui os serviços prestados pela Terapia

Ocupacional. Com a demanda desses profissionais, houve um acentuado crescimento de cursos de reciclagem sobre a intervenção da Terapia Ocupacional na escola e muitos currículos passaram a incluir disciplinas específicas de Terapia Ocupacional escolar, o que não existia antes.

Por outro lado, os currículos das escolas norte-americanas são também fortemente influenciados por modelos teóricos específicos da profissão. Desde a década de 1980, tem sido intenso o movimento no sentido de retomar as bases filosóficas da profissão, centrando os currículos no estudo da ocupação. Segundo Nielsen (1998, p. 386),

Os programas educacionais devem ser capazes de preparar clínicos que dêem valor e compreendam o conceito de ocupação e que sejam capazes de prontamente traduzir ocupação em programas bem articulados de intervenção nos níveis individual e grupal.

Quando, nos Estados Unidos, enfatiza-se a necessidade de investimento da classe profissional na temática da ocupação humana, isso não significa a institucionalização do Modelo da Ocupação Humana, proposto por Kielhofner (1985; KIELHOFNER; BUKKE, 1980) como um modelo teórico-prático a ser adotado pelos cursos e pelos profissionais. O que se objetiva é incentivar os profissionais a se debruçarem sobre um eixo conceitual que caracterize a profissão. O modelo representa apenas uma das tentativas de se organizar o conhecimento sobre a temática da ocupação, a fim de subsidiar a intervenção clínica. Porém, existem várias outras perspectivas teóricas centradas nessa mesma temática, como a Ciência da Ocupação (CLARK et al., 1991), o Modelo do Processo de Intervenção em Terapia Ocupacional (FISHER, 1998) ou a bem conhecida abordagem *top down* de Trombly (1995).

Resguardadas as diferenças políticas, socioeconômicas e culturais entre EUA e Canadá, observam-se também, nesse país, as influências macrossociais sobre a formação do terapeuta ocupacional. A tentativa do governo canadense de investir nas políticas de bem-estar social fez com que várias esferas sociais reorganizassem suas ações, adotando novas estratégias de atenção aos cidadãos. No caso específico da Terapia Ocupacional, pode-se observar a construção de modelos teórico-práticos gerais voltados para a garantia da singularidade dos sujeitos, como o modelo proposto pela Associação Canadense de Terapia Ocupacional (CANADIAN..., 1991), centrado no indivíduo dentro de um contexto ocupacional.

Em consonância com a tendência de enfoque na

ocupação, ditada pelos países que têm maior tradição em pesquisa e desenvolvimento de teoria em Terapia Ocupacional, a Federação Mundial de Terapia Ocupacional (WFOT), em suas instruções para o reconhecimento internacional de cursos, também enfatiza a importância de os currículos serem centrados na temática da ocupação. Essa tendência foi reafirmada no último Congresso Mundial de Terapia Ocupacional, realizado em 1998 em Montreal. Recomendou-se que, ao se analisar um currículo de Terapia Ocupacional, faça-se a pergunta: o currículo está sendo desenvolvido sob o enfoque do conceito de ocupação? (WFOT, 1998). Esse movimento voltado para o estudo da ocupação com ênfase nas atividades cotidianas e nos papéis exercidos pelos cidadãos não é isolado ou específico da profissão, pois há uma tendência mundial no sentido de focar a saúde em aspectos funcionais, conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS – ICDH-2, 2000).

Nos Estados Unidos e no Canadá, marcos políticos definitivos influenciaram os rumos traçados na formação do terapeuta ocupacional. As tendências nessa área são construídas por políticas de saúde e educação adotadas pelos governos e determinadas, em última instância, por políticas socioeconômicas e pela inter-relação desses fatores com a construção do conhecimento. Além dessas influências sociopolítico-econômicas no esboço de perfis profissionais, impõem-se questões referentes ao mercado de trabalho e ao campo de conhecimento. No caso da Terapia Ocupacional, evidenciam-se em diversos países fortes tendências a centrar o currículo dos cursos no estudo da ocupação. Essas tendências são forjadas por uma busca de visibilidade da profissão e pela necessidade de compreender com maior propriedade a singularidade do terapeuta ocupacional, em resposta a questões como o que e como avaliar, o que objetivar no tratamento e qual a eficácia da intervenção.

É possível, no Brasil, identificar tendência(s) de formação do terapeuta ocupacional? Para se pensar as tendências que se esboçam na formação do terapeuta ocupacional no Brasil e entender os conhecimentos que vêm sendo eleitos como conteúdos válidos a serem transmitidos, é necessário resgatar, mesmo que brevemente, a história dos currículos mínimos dos cursos de Terapia Ocupacional no país. Sabemos que os currículos não expressam necessariamente o que é ensinado em sala de aula, pois observa-se que, quando os docentes sentem necessidade de mudança no currículo, mesmo sem alterá-lo oficialmente, já vão modificando sua percepção da relevância do que deverá

ser focado, bem como procurando a melhor forma de trabalhá-lo. Atemo-nos aqui à reforma do currículo pelo fato de que representa um esforço coletivo de mudança dos agentes envolvidos na formação profissional.

Os primeiros currículos adotados nos cursos de ensino superior de Terapia Ocupacional no Brasil respaldaram-se no primeiro currículo mínimo vigente a partir de 1964, que propunha uma formação estritamente técnica, pela qual o terapeuta ocupacional e o fisioterapeuta exerciam a função de “ajudantes” subordinados à categoria médica. Apesar de o estabelecimento de um currículo mínimo único para Fisioterapia e Terapia Ocupacional retratar as dificuldades de se diferenciar a formação dos dois profissionais, naquela época, o currículo mínimo representou um ganho dessas categorias profissionais, que passaram a se firmar no mercado de trabalho como profissões de nível superior na área da saúde. Hoje, ao se analisar o primeiro currículo mínimo vigente no país, observa-se que uma de suas grandes limitações é que não fornecia subsídios teóricos para a compreensão da realidade de saúde brasileira, pois não incluía a reflexão crítica acerca das contradições vividas na reabilitação e da dimensão política, econômica e social da atuação do profissional (BRASIL, 1964).

Fatores externos e internos à profissão desencadearam mudanças do currículo mínimo em 1983. O novo currículo mínimo que entrou em vigor propunha uma formação composta por quatro ciclos: de matérias biológicas, de formação geral, pré-profissionalizante e profissionalizante. Buscou-se sobretudo aprofundar a análise da realidade de saúde brasileira, diferenciando-se a formação do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional e fundamentando-se a clínica em Terapia Ocupacional. Os atuais currículos dos cursos de Terapia Ocupacional do Brasil foram elaborados direta ou indiretamente com base nesse currículo mínimo (BRASIL, 1983).

O currículo mínimo implantado em 1983 permaneceu em vigência por mais de quinze anos até que as atuais políticas de educação adotadas pelo governo federal extinguiram a figura do currículo mínimo e estabeleceram a normatização da formação profissional por intermédio das diretrizes curriculares.

Hoje, as diretrizes curriculares são o elemento norteador da formação do profissional de nível superior no Brasil. As diretrizes curriculares dos cursos de Terapia Ocupacional, aprovadas oficialmente pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 12/09/2001, foram desenvolvidas a partir de consulta às escolas de Terapia Ocupacional e apreciadas favoravelmente no

VI Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional (ENDTO) realizado em Gramado, 1998. Mesmo sem aprovação oficial do CNE, muitos cursos, especialmente os novos, passaram a respaldar seus currículos nessas diretrizes. Segundo o Relatório do VII ENDTO (2000), as diretrizes foram utilizadas como recurso para alguns cursos, principalmente os particulares, terem ganhos como a contratação de professores em período integral, a criação de laboratórios para aulas práticas e a contratação de professores terapeutas ocupacionais (CONSELHO..., 2001).

Apesar de avaliações positivas das diretrizes curriculares por representantes de cursos nos encontros de docentes, cabe-nos refletir sobre o seu significado e efeitos na formação do profissional. Há, por parte do governo, interesse em aumentar o número de vagas no ensino superior, até aí uma estratégia louvável, se essa política retratasse maior acesso da população à educação superior, o que exigiria uma reorganização das políticas de educação, desde a educação infantil, com responsabilidade pela qualidade do ensino público. Uma flexibilização curricular que implique uma formação voltada exclusivamente para a demanda de mercado, submetida a seu controle e regulação, não nos parece uma estratégia comprometida com a melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil. Esse fato pode agravar-se se os critérios para autorização, avaliação e reconhecimento dos cursos forem elaborados e fiscalizados sem atenção ao princípio básico de resguardar a qualidade do ensino superior. Tal discussão remete a pensar nas dificuldades históricas que o ensino superior no Brasil encontra para manter a qualidade da formação de cidadãos que vivam e atuem em uma sociedade mais justa. Caberá, no futuro, analisar o impacto das diretrizes curriculares na formação dos profissionais de nível superior no Brasil.

Visando a trabalhar com dados relativos à organização curricular atual dos cursos de Terapia Ocupacional do Brasil, faremos uma breve análise de alguns currículos enviados ao Colegiado do Curso de Terapia Ocupacional da UFMG para subsidiar o processo de reforma curricular desse curso. Dos vinte e cinco cursos de Terapia Ocupacional existentes no

país em 1999/2000, quatorze encaminharam o material solicitado (grade curricular, ementa, objetivos da formação do profissional) ao Colegiado de Curso<sup>11</sup>. Nossa proposta inicial era fazer um estudo comparativo desses currículos, mas, como o material enviado pela maioria das escolas era incompleto, tornou-se inviável qualquer análise estatística com elaboração de tabelas comparativas. Assim, vamos nos ater às observações gerais sobre o material apresentado (DRUMOND, 1999).

Analisando-se os quatorze currículos, pode-se observar que a maioria dos cursos: a) apresenta carga horária dos ciclos pré-profissionalizante e profissionalizante superior ao mínimo previsto; b) concentra a carga horária prática no final do curso; c) mantém uma formação extensa de conteúdos biomédicos; d) inclui conteúdos relacionados à saúde do trabalhador, à ergonomia, geriatria e gerontologia; e) introduz disciplinas relacionadas à monografia. Esses currículos ainda estão centrados no modelo preestabelecido pelo currículo mínimo vigente. Já os cursos que mencionaram estar em fase de reforma curricular ou com intenção de fazê-la e que apresentaram esboço de seus projetos<sup>12</sup> apontaram a necessidade de realizarem mudanças mais estruturais ou de pensarem outra maneira de idealizar a formação do terapeuta ocupacional, rompendo com o foco no ciclo biológico.

O exame dos currículos leva à constatação de que há uma diferença entre introduzir conteúdos pulverizados e traçar um eixo de formação. Entendemos que a definição de eixos é essencial para traçar com maior clareza um perfil profissional.

Quando ressaltamos a necessidade de se criar eixos teórico-práticos na formação do terapeuta ocupacional, referimo-nos à pertinência de não apenas introduzir-se, por exemplo, um arsenal teórico sobre a problemática da inserção socioeconômica-cultural das pessoas a que prestamos serviço, mas também de fundamentar a formação do terapeuta ocupacional nessa reflexão. Libertar-se da formação enfocada na patologia significará não somente retirar alguns conteúdos da esfera biológica, mas delinear uma proposta de trabalho para além do enfoque da remissão da doença ou da amenização do quadro patológico, enveredando na

---

<sup>11</sup> Os cursos que encaminharam seus currículos foram: Instituto de Porto Alegre, Faculdade de Educação Física de Lins, Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade Federal de São Carlos, Universidade de Sorocaba, Universidade Tuiuti do Paraná, Centro de Ensino Superior Santa Terezinha (São Luís), Universidade Federal de Pernambuco, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Universidade de Uberaba, Universidade de Fortaleza, Universidade Castelo Branco - RJ).

<sup>12</sup> Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, Curso de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo).

pesquisa teórica e prática que sustenta a intervenção da Terapia Ocupacional.

Se se almejam a inclusão social das pessoas e maior qualidade de vida em seu cotidiano, será aos desdobramentos desse objetivo que se deve ater na teoria e na prática, seja na esfera do trabalho, das atividades de vida diária ou em outras dimensões que compõem esse cotidiano. Será então necessário debruçar-se sobre o estudo da ocupação humana em sua amplitude de relações, estudá-la na perspectiva a que nos remete: aspectos sociológico, antropológico, econômico e singular de cada indivíduo ao ocupar-se. A compreensão da ocupação exige a articulação entre técnica e política, já que contribuir para a inclusão e a circulação social dos pacientes a que prestamos serviço impõe, para o bom resultado da prática, a inter-relação entre essas duas dimensões.

Entende-se que, se consolidada essa articulação de forma consistente, conseguir-se-á identificar um currículo de Terapia Ocupacional desde seu começo, distanciando-se dos currículos compostos por fragmentos de conhecimento, acumulados para que, no final da formação, tenha-se uma unidade. Como bem discutido por Yerxa (1998), o currículo de Terapia Ocupacional é um instrumento importante, que pode tanto fortalecer a profissão e a formação profissional, enfatizando idéias e conceitos que irão permear a prática, quanto fragmentar e banalizar a prática clínica,

se der ênfase a técnicas e métodos que possam ficar obsoletos. Cabe, então, a pergunta: os currículos dos cursos a serem implantados e os currículos a serem reformados irão romper com concepções, inaugurar algo de “novo” ou apenas modificar o que está instituído, operando cortes e recortes dos mesmos conteúdos e disciplinas?

Para além das reformas curriculares, vários autores apontam outros aspectos importantes, relacionados à formação profissional. Yerxa (1998) discute a necessidade de se criar uma cultura de pesquisa no campo da Terapia Ocupacional, especificamente o fomento à pesquisa sobre a ocupação. Acreditamos que o trabalho de conclusão de curso, presente na maioria dos currículos, demonstra a preocupação de formalizar teoricamente as experiências do corpo discente e fomentar o ingresso do aluno no universo da pesquisa em Terapia Ocupacional. Essa oportunidade de orientar trabalhos e adentrar na construção do saber em seu campo de atuação faz emergir um novo perfil do docente. É essa nova práxis dos docentes, anterior a qualquer reforma curricular, que sustentará a prática almejada (CANDAU, 1997).

Assim, acreditamos firmemente que, criando uma cultura de pesquisa em Terapia Ocupacional, sustentada por uma práxis condizente com a pesquisa, estaremos consolidando a formação do profissional e tornando mais clara a atuação da Terapia Ocupacional.

---

DRUMOND, A.F.; MAGALHÃES, L.C. Tendencies in the education of occupational therapist in Brazil. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v.12, n.1/3, p.34-9, jan./dez., 2001.

**ABSTRACT:** This study analyzes the tendencies of the education of occupational therapists in Brazil, on the basis of the Brazilian Minimum Curriculum, the Brazilian Federal Government Curriculum Guidelines for Occupational Therapy courses, the guidelines from the World Federation of Occupational Therapy (WFOT) and the curriculum of fourteen Brazilian undergraduate Occupational Therapy programs. We hope that this paper will contribute to the advance of the reflections concerning the specificity of the formation of the occupational therapist.

**KEYWORDS:** Occupational therapy/education. Occupational therapy/manpower. Occupational therapy/trends. Education professional/classification. Curriculum.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Currículo Mínimo dos Cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Parecer 388/63*. Portaria Ministerial 511/64, de 23 de julho de 1964.
2. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Resolução número 4, 28 de fevereiro de 1983*. Fixa os mínimos de conteúdos e duração dos Cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
3. CANADIAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION. *Occupational therapy guidelines for client-centered practice*. Toronto, CAOTA/LACE Publication, 1991.

4. CANDAU, V. M., org. Universidade e formação de professores: que rumos tomar? In: CANDAU, V. M. *Magistério: construção cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1997.
5. CLARK, F. A.; PARHAM, D.; CARLSOM, M.E. et al. *Occupational science: academic innovation in the service of occupational therapy's future*. AJOT, v.44, p.300-10, 1991.
6. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior – MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Terapia Ocupacional*. Parecer Número: CNE/CES 1210/2001, aprovado em 12/09/2001
7. DRUMMOND, A.F.A. *Formação inicial do terapeuta ocupacional: estudo dos currículos do Curso de Terapia Ocupacional / UFMG*. Belo Horizonte, 1999. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
8. ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES DE TERAPIA OCUPACIONAL, 7., Salvador, 2000. *Relatório*. Salvador: Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, 2000.
9. FISHER, A.G. *Uniting practice and theory in a occupational therapy framework*. AJOT, v.52, n.7, p.509-21, 1998.
10. KIELHOFNER, G., ed.. *A model of human occupation: theory and applications*. Baltimore: Williams & Wilkins, 1985.
11. KIELHOFNER, G.; BURKE, J.P. *A model of human occupation, part I: conceptual framework and applications*. AJOT, v.34, p.572-81, 1980.
12. MOREIRA, A.F.; SILVA, T.T., org. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.
13. NIELSEN, C. *How can the academic culture move toward occupation-centered education?* AJOT, v.52, n.5, p.386-7, 1998.
14. TROMBLY, C.A. *Occupation: purposefulness and meaningfulness as therapeutic mechanisms*. AJOT, v.49, p.960-72, 1995.
15. UNITED STATES. *Public Law 105-17. Individuals with disability education act amendments*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1997.
16. UNITED STATES. *Public Law 94-142. The education for all handicapped children act*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1975.
17. YERXA, E. *Occupation: the keystone of a curriculum for a self-defined profession*. AJOT, v.52, n.5, p.365-72, 1998.